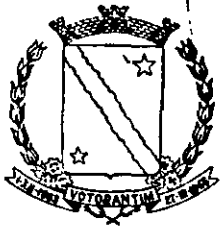


Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de Lei nº 037/73

Autoria do Senhor Prefeito Municipal

**Dispõe sobre alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e
dá outras providências**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

—*—

OFÍCIO N.º

239/73 - C. M.

Votorantim, 20 de setembro de 1973.

Excelentíssimo Senhor:

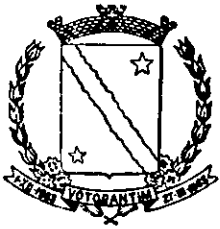
Temos a honra de encaminhar a Vossa Exce^lência o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Votorantim.

Visa o presente declarar como sendo de Zona Comercial o trecho da Avenida 31 de Março, compreendido entre as ruas Albertina Nascimento e Olaria, permitindo-se a edificação de construções com destinação comercial, no pavimento térreo, e edificações nos pavimentos superiores, para uso residencial, respeitada a destinação comercial.

À guiza de esclarecimentos, capeia o presente, cópia autêntica da Ata da Comissão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, dando parecer prévio e favorável à esta iniciativa.

A medida ora tomada, visa atender ao aflu^{xo} de pedidos de comerciantes, que desejam ver instaladas suas dependências comerciais na Avenida 31 de Março, que como se sabe, tornou-se o coração da cidade de Votorantim, mercê de suas dimensões e tráfego, e por isso mesmo não se justifica que em tal trecho viário não sejam permitidas as instalações comerciais, que somente trarão benefícios ao comércio local bem como à população.

Tendo em vista a urgência de que a medida se reveste, solicitamos seja o presente apreciado e processado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

—X—

OFÍCIO N.º 239/73 - C. M.

fls 2

nos termos do artigo 26, § 1º, do Decreto-Lei-Complementar nº 9 (Lei Orgânica dos Municípios).

Sendo o que se nos oferece, externamos no ensejo a Vossa Excelência os nossos protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Vereador DOMINGOS METIDIERI FILHO

DD. Presidente da Câmara Municipal de
VOTORANTIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº ____/73

Dispõe sôbre alteração do Plano
Diretor de Desenvolvimento Inte
grado e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, ERI
NALDO ALVES DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, PRO
MULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O trecho da Avenida 31 de Março, compre
endido entre as ruas Albertina Nascimento e Olaria, fica con
siderado como sendo Zona Comercial, principal C L do Plano Di
retor, para as edificações localizadas em pavimento térreo.

Art. 2º - Poderão, no mesmo trecho, serem edifica
das construções para uso residencial, respeitada a destinação
comercial dos pavimentos térreos.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aprovação
desta Lei, correrão por conta das verbas próprias consigna
das no orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 20 de setem
bro de 1973 - IX ANO DA EMANCIPAÇÃO.


ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

RECEBI

Voto nº 8 de 10 de 1973

[Signature]

A Comissão de Justiça

Devolvido

Presidente *[Signature]*

Comissão Finanças

Presidente *[Signature]*

EM DISCUSSÃO

Voto nº 9 de 11 de 1973

[Signature]
Presidente da Câmara

única

REJEITADO

S. Sessões, 9 de 11 de 1973

[Signature]
PRESIDENTE

ata por mim, Brigadeiro Alvaro da Silva, lavrada e as-
sinada por todos os presentes Veteranos, foy de numero
de um mil, novecentos e setenta e um.

Brigadeiro Alvaro da Silva

Barão Coutinho de Oliveira
Yonke Matsushima

José Carlos / Prante
A. Barbi.

Alvaro da Silva
Alvaro da Silva

Ata da nota reuniao da Comissao do Plano de Desenvol-
vimento do Municipio de Veterania. Aos nove dias do mes
de Janeiro de um mil, novecentos e setenta e dois, as me-
re horas, no Gabinete do Prefeito, reuniram-se a Comissao do
Plano de Desenvolvimento do Municipio de Veterania, de-
signada pela Portaria numero noventa e um, de dezasseis
de setembro de um mil, novecentos e setenta. O Senhor Pre-
feito Municipal, presidente nato da Comissao, deu inicio
a presente reuniao, verificando-se na occasia a au-
sencia dos seguintes membros: Sr. Demerval Fonez Maia,
membro Teorico da Comissao que por se encontrar viajando
do suestado fosse justificada sua ausencia; Sr. Luciano
Amaral e Georgino Marques Fias, representantes sindical
e da Campanha Municipal, respectivamente. Primeiramente
foi lida a leitura da ata da reuniao anterior, a
qual foi logo aprovada por todos os presentes. Poste-
riormente foi lido o parecer numero 882 da Secretaria
do Interior sobre consulta feita pela Prefeitura
Municipal a fim de verificar a possibilidade de al-

traças das normas estabelecidas na lei numero 111 de dez.
 de maio de um mil, novecentos e sessenta e oito (que criou o
 Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado). Ainda sobre
 o referido parecer eu seja baseado no referido parecer, o
 senhor Prefeito Municipal propôs a liberação do terreno si-
 tuado na Avenida 3 de Março, entre a rua Alcega e Pa-
 simento e Rua União (lado ímpar), que até então era desti-
 nado a ampliação do Centro Esportivo para que o mes-
 mo pudesse ser transformado em área comercial, sendo
 complementada esta proposta pelo senhor Laparo Brito
 de Oliveira que as medidas a serem estabelecidas na refe-
 rida área, seriam obrigatoriamente destinadas a obras
 comerciais no terreno podendo ser residências no andar superior.
 Esta proposta foi aprovada em votação e aceita por uma
 maioria. Outro item da ordem do dia da referida
 reunião foi a apresentação aos senhores membros de
 lei n.º 201 a qual determina e delimita a Zona
 de Implantação de Indústrias nas Urbanas e a Zona
 Turística e Olímpica do município de Vitória.
 Na vez que esta lei surgiu como consequência de
 estudos realizados pela Comissão do Plano de Desen-
 volvimento. Depois da leitura da lei 201 pelo senhor
 secretário, passou-se para outro assunto que também
 fazia parte da ordem do dia. O senhor presidente, us-
 ando da palavra fez uma explanação sobre a neces-
 sidade de se elaborar uma nova lei de incentivo
 a novas indústrias, mas que pudesse abrangir as
 pequenas indústrias uma vez que algumas delas
 já haviam manifestado interesse de aqui se instalar
 mas não conseguiram apoio algum na lei 158. Também
 o senhor presidente da dificuldade de se con-
 seguir trazer para Vitória indústrias grandes devido a lo-
 calização do município (distante das grandes rodovias e fer-

ronias) e também devido a importância que é muito gran-
de. Resolveu-se então formar uma sub. comissão
a qual teria a incumbência de ir ao município de
Diadema verificar se lá existe alguma lei deste sen-
tido e colher subsídios para a elaboração de uma lei
para Voteariam. Fazem parte da sub. comissão os se-
guintes senhores: Otávio de Góes Vieira, representante do Co-
mício, Ronaldo Henrique de Souza, representante das Entida-
des Esportivas, Lazaro Antunes de Oliveira, representante
da Câmara Municipal e senhor Prefeito Municipal,
presidente da comissão, já ficando nesta oportunidade
uma viagem a Diadema para a viz. lgre. de Jaqueira pró-
ximo. Em seguida passou-se a abordar a terra referente a
implantação Turística na Repressa da Light. O senhor Pre-
sidente solicitou que fosse lido para a comissão, os ofi-
cios nos 9874/11 e 10704/11, os quais negavam o pedido da
Prefeitura sobre a cessão por comodato de uma área onde
a Prefeitura quisesse implantar o Turismo, em face desta
negativa, ficou decidido que a Prefeitura entraria em
contato com a Light, para efetuar a sinalização da
área mais frequentada pelos turistas e a comissão desti-
nada a isso. Nada mais havendo a tratar, o senhor
Presidente deu por encerrada a presente reunião, tendo si-
do a presente ata por ordem, Emmanuel Alves da Silva,
secretário, lavrada e assinada por todos os presentes.
Voteariam, treze de Janeiro de um mil, novecentos
e setenta e dois.

Emmanuel Alves da Silva
Lazaro Antunes de Oliveira
Yasuyuki Matsushima
Muriel
A. Barbieri
A. Barreira

Ruy
 Ruy
 Ruy
 + Cláudio de Góes Vieira

Ata da décima reunião da Comissão do Plano de Desenvolvimento do Município de Votorantim. Aos vinte dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e setenta e dois, às nove horas, no Gabinete do Prefeito, reuniu-se a Comissão do Plano de Desenvolvimento do Município de Votorantim, de acordo com a Portaria número noventa e um, de dezeto de dezembro de um mil novecentos e setenta. O senhor Prefeito Municipal, presidente nato da Comissão, deu início a presente reunião, verificando a ausência dos seguintes senhores: Sérgio Marques Dias e José Laetano Riantes, representantes da Câmara Municipal e sindical, respectivamente. Inicialmente foi feita a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi posteriormente posta em votação e aprovada por todos os presentes. A seguir foi feita uma explanação dos resultados obtidos pela sub-comissão que teve a incumbência de visitar o Município de Itaguaré a fim de colher dados para que se pudesse elaborar um projeto de lei que visasse a incentivar a instalação de pequenas indústrias em Votorantim. Os resultados obtidos pela sub-comissão não foram os esperados, pois o Município visitado não possui condições que pudessem servir de base para Votorantim, uma vez que as incentivos apresentados pela lei que lá existe, de 1969, e também devido a localização do referido Município que é propícia para a instalação de indústrias principalmente de grande porte. Havendo neste caso mais uma vez de parte da própria indústria para se instalar que do próprio Município. Posteriormente, foi feita a leitura do requerimento número 608/72 de 11/1.

Projeto de Lei nº 37/73

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº /

Cuida o presente projeto de lei da alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e dá / outras providências.

Antes de cuidarmos da legalidade do mesmo, convém ressaltar que a Lei Municipal nº 111, de 13 de maio de 1968, que criou o PDDI, no parágrafo único de seu Artigo 9º, dispõe que o projeto de lei que propuser a alteração das normas contidas no Plano Diretor do Desenvolvimento Integrado será votado, após três discussões, em dois períodos legislativos consecutivos e sua aprovação dependerá de, pelo menos 2/3 dos votos favoráveis dos Vereadores.

Na anterior Legislatura cuidou o Prefeito Municipal de então, de buscar subsídios para a validade ou não do referido dispositivo.

A Secretaria do Interior deu Parecer em que julgava ser absurdo tal norma.

Não nos parece: seja essa a melhor posição de julgamento. Verdade que nada é imutável e que tudo / se transforma de conformidade com a própria evolução dos / fatos.

Ocorre que em Votorantim pouco se fez / no Plano Diretor.

Muita coisa desde então se desrespeitou em termos de ordenamentos e posturas municipais, quanto a loteamentos e construções, num festival político de concessões.

Verdade porém, que a disposição legal t

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro

Projeto de Lei nº 37 / 73

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº /

tem algo de sábio, evitando que caprichos e interesses se sobreponham ao maior da coletividade e isto só se pode efetivamente apurar em Legislaturas continuadas, persistindo/ sempre o mesmo entendimento.

Não nos colocamos entre aqueles que se filiam no entendimento da assessoria jurídica da Secretaria .

A fim de evitar que um simples parecer/ dela possa possibilitar aos executores, por motivos políticos, a imediata destinação em desrespeito ao que vige , somos contrários a aprovação do presente, até que se argua a ilegalidade do referido Artigo 9º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 111, de 13 de maio de 1968.

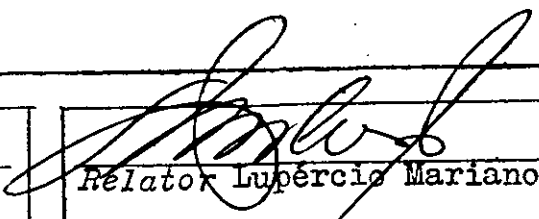
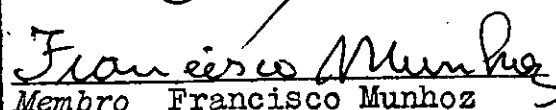
Para tramitação nada a opor sob o aspecto legal.

Este é o nosso parecer.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator  Lupércio Mariano da Silva
Membro Francisco Munhoz

Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

Projeto de Lei nº 37/73

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer nº /

Temos para parecer o projeto em tela.
Nada a opor sob o aspecto financeiro.
No mérito somos pela rejeição, face ao
Parecer da Comissão de Justiça e Redação.
Este é o nosso parecer.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator Georgino Marques Dias

Membro Lupércio Mariano da Silva

Membro

C Â M A R A M U N I C I P A L D E V O T O R A N T I M

Projeto de ~~Lei~~ nº / 73

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº /

Temos para parecer o projeto em tela.
Analisando detidamente somos de entendimento que óbice algum de ordem legal existe.
Opinamos pela sua aprovação.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro Itagyba loureiro de Mello

C Â M A R A M U N I C I P A L D E V O T O R A N T I M

Projeto de Lei n.º / 73

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer n.º /

Temos para parecer o projeto em tela.
Nada a opor sob o aspecto financeiro.
Opinamos pela sua aprovação.
Este é o nosso parecer.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro Itagyba Loureiro de Mello